

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("BRAM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A BRAM, maior gestora privada de fundos de investimento do Brasil, une a experiência de mais de 70 anos do Banco Bradesco e suas especialistas na gestão de fundos e carteiras administradas. Oferece soluções de investimentos diferenciadas e adequadas a todos os perfis de clientes, garantindo o mais alto padrão de qualidade em serviços.

No encerramento do exercício de 2017, a BRAM possuía sob gestão R\$ 666.622,7 milhões distribuídos em 1.187 fundos de investimento e 216 carteiras administradas, atendendo um total de 3.295.548 investidores.

No exercício de 2017, a BRAM registrou Lucro Líquido de R\$ 801,1 milhões, correspondente a R\$ 8.596,30 por lote de mil ações. Patrimônio Líquido de R\$ 450,8 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 17,78%. A política de dividendos da Instituição foi aprovada pelos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em caso de exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Agredecemos aos nossos clientes o apoio e confiança, e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

São Paulo, SP, 31 de janeiro de 2018.

Diretora

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil	
	2017	2016	
ATIVO			PASSIVO
CIRCULANTE	541.141	446.938	CIRCULANTE
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	321	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5)	512.230	420.384	Sociais e Previdenciárias
Carteira Própria	512.230	420.384	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6)	26.590	26.554	Diversas (Nota 11b)
Receitas a Receber	22.291	21.914	
Diversos	6.299	4.640	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	16.938	17.675	OUTRAS OBRIGAÇÕES
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	16.938	17.675	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)
Diversos	16.938	17.675	Diversas (Nota 11b)
PERMANENTE	3.169	3.113	
INVESTIMENTOS (Nota 7)	195	212	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Participações em Coligadas e Controladas:			- No País
- No País	73	90	Capital
Outros Investimentos	324	322	- De Domícilios no País (Nota 12a)
Provisões para Perdas	(212)	(212)	- Reservas de Lucros (Nota 12c)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 8)	1.520	1.715	
Outras Imobilizações de Uso	1.660	1.740	
Depreciações Acumuladas	(138,31)	(138,31)	
INTANGÍVEL (Nota 9)	1.454	1.186	
Ativos Intangíveis	5.863	5.018	
Amortização Acumulada	(4.409)	(4.832)	
TOTAL	561.248	467.226	TOTAL
			561.248
			467.226

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em		
	2º Semestre 2017	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.315	43.713	49.409
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	19.315	43.713	49.409
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.315	43.713	49.409
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	47.752	102.526	49.250
Recargas de Prestação de Serviços (Nota 13)	143.402	275.017	172.449
Despesas de Pessoal (Nota 14)	(64.353)	(113.318)	(73.578)
Outras Despesas Administrativas (Nota 15)	(18.319)	(25.681)	(29.578)
Despesas Tributárias (Nota 16)	(11.436)	(22.366)	(15.756)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 7)	3	(17)	(32)
Outras Receitas Operacionais (Nota 17)	9	1.227	216
Outras Despesas Operacionais (Nota 18)	(2.488)	(4.236)	(5.963)
RESULTADO OPERACIONAL	67.067	146.339	98.669
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	67.064	146.339	98.666
Provisão para Imposto de Renda	(30.951)	(66.200)	(36.752)
Provisão para Contribuição Social	(20.585)	(35.566)	(24.730)
Ativo Fiscal Diferido	9.850	(9.850)	-
LUCRO LÍQUIDO	36.113	80.136	61.910
Número de ações (Nota 12a)	9.322.059	9.322.059	9.322.059
Lucro por lote de mil ações em R\$	3.874	8.596,38	6.641,25

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em		
	2º Semestre 2017	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	67.064	146.339	98.662
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	624	2.115	1.856
Depreciações e Amortizações	532	1.047	917
Despesas com Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	63	269	97
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(3)	(17)	(32)
Perda na Alienação de Bens e Investimentos	-	-	30
Outros	32	782	-
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	67.688	148.511	100.518
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(73,006)	(91,846)	(59,239)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(2.107)	(1,730)	(12,079)
Aumento/Redução em Outros Orligados	17.880	11.803	21.380
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(9.850)	(51.630)	(50.895)
Caixa Líquido Proveniente(Utilizado) das Atividades Operacionais	303	1.442	19.685
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Alienação de Imobilizado de Uso	-	-	367
Aquisição de Imobilizado de Uso	(249)	(275)	(37)
Aquisição de Intangível	(156)	(846)	(414)
Caixa Líquido Proveniente(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(405)	(1.121)	(778)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	(19,052)
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	-	(19,052)
Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(102)	321	145
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	423	421	321
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	321	321	321
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(102)	321	(145)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("BRAM" ou "Instituição") tem como objetivo praticar operações e atividades afins às disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades de espécie, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros assessoria, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionadas à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco "Organização", sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a compatibilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões para perdas, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da BRAM evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas acima foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 31 de janeiro de 2018.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apreciação do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja qual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. São reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria, e

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários e o balanço patrimonial sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização efetiva reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro liquidável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, e retornará a alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
	Legal	Estatutária	Legal	Acumulados		
Saldos em 30.6.2017	190.000	19.283	205.680	-	-	415.063
Despesas - Reservas	-	1.806	33.964	-	-	36.113
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(343)	(343)
Saldos em 31.12.2017	190.000	21.189	239.644	-	-	450.833
Saldo em 31.12.2016	148.000	14.007	166.461	-	-	331.548
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12b)	19.000	-	-	(19.000)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	61.910	61.910
Despesas - Reservas	-	3.095	36.615	-	-	39.910
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(22.000)	(22.000)
Saldos em 31.12.2016	167.000	17.182	187.276	-	-	371.458
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12b)	23.000	-	(23.000)	-	-	-
Despesas - Reservas	-	4.007	75.368	-	-	80.136
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(761)	(761)
Saldos em 31.12.2015	190.000	21.189	239.644	-	-	450.833

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado em dezembro de 2015, com o objetivo de garantir a integralidade dos créditos tributários. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável.

g) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Inclui, inclusive, os direitos de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Os investimentos em ativos de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e segurança - 10% ao ano, sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável.

h) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Compostos por software, que são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuídos ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perdem valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável ("impairment") de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e, também, das obrigações legais são efetuados com base no conhecimento e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Passivos Contingentes de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

Obrigações Legais - Provisão Para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contendação é a sua legalidade e constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca do processo de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

k) Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os investimentos demonstrados incluem os valores contábeis e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base pro rata dia).

Passivos Contingentes: correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2017, corresponde a disponibilidades em moeda nacional no montante de R\$ 321 mil.

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

Carteira própria	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016
Cotas de fundos de investimentos	512.230	420.384
Total	512.230	420.384

b) Classificação por categorias e prazos - distribuídas de acordo com os papéis que compõem as carteiras dos fundos

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos para negociação: (3)				
Letras financeiras do tesouro	40.732	8.979	288.285	337.996
Notas do tesouro nacional	162.579	-	-	162.579
Letras financeiras	-	-	11.484	11.484
Debêntures	-	-	-	4.934
Outros	171	-	-	171
Total em 2017	162.750	10.732	8.979	299.799
Total em 2016	239.194	40.279	25.861	145.030

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento que incluem

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016		2017	2016
b) Diversos					
Créditos tributários (Nota 20c).....	19.700	20.132	Lucro líquido.....	80.138	61.910
Impostos e contribuições a pagar.....	1.403	528	(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(4.007)	(3.095)
Devedores por depósito em garantia.....	1.305	1.316	Base de cálculo.....	76.129	58.815
Adiantamentos e antecipações salariais.....	588	588	Juros sobre o capital próprio (1) (2).....	271	22.000
Outros.....	241	68	Imposto de renda retido na fonte.....	-	(3.300)
Total.....	23.237	22.315	Valor líquido a pagar.....	761	18.700
			Dividendos propostos.....	761	761
			Percentual em relação ao lucro líquido ajustado.....	1,0%	31,8%
			Valor em Reais por lote de mil ações.....	81,63	2.005,99

(1) Em 31 de dezembro de 2016 não houve distribuição de dividendos com base no resultado, devido aos juros sobre capital próprio distribuídos serem superiores ao mínimo obrigatório de 1% e (2) Na Reunião da Diretoria de 29.11.2016 deliberou o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 22.000 mil efetuado em 5.12.2016.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016		2017	2016
13) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS					
O valor de R\$ 275.000 (2016 - R\$ 172.446 mil) corresponde às receitas auferidas na gestão de recursos de terceiros, calculado com base em percentual definido em contrato de intermediação de negócios.					
14) DESPESAS DE PESSOAL					
Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2017	2016		2017	2016
Proventos.....	47.161	29.027	Participação dos empregados nos lucros.....	23.690	24.128
Benefícios.....	20.312	3.256	Encargos sociais (1).....	15.771	17.106
Encargos sociais (1).....	15.771	17.106	Tratamento.....	394	63
Tratamento.....	394	63	Total (2).....	113.318	73.578
Total (2).....	113.318	73.578			

(1) Inclui Contribuição de Previdência Privada no montante de R\$ 4.607 mil (2016 - R\$ 4.290 mil); e (2) Inclui os efeitos do Plano de Desligamento Voluntário Especial (Nota 21c).

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016		2017	2016
15) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS					
Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2017	2016		2017	2016
Comunicações.....	10.376	10.132	Contribuição ao COFINS.....	5.416	3.369
Processamento de dados.....	4.480	2.901	Contribuição ao PIS.....	2.241	1.623
Serviços técnicos especializados.....	4.111	3.232	Impostos e taxas.....	22.386	15.756
Propaganda, promoções e publicidade.....	3.082	1.972			
Serviços de terceiros.....	2.744	2.508			
Transportes.....	2.330	1.632			
Viagens.....	1.145	1.154			
Depreciações e amortizações.....	1.047	910			
Contribuições filantrópicas.....	588	178			
Manutenção e conservação de bens.....	573	456			
Despesas de material.....	306	195			
Outras.....	2.555	2.401			
Total.....	33.681	28.076			

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016		2017	2016
16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS					
Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2017	2016		2017	2016
Reversão de outras provisões operacionais.....	1.127	130	Reversão de outras provisões operacionais.....	1.127	130
Comunicações.....	4.480	2.901	Outras receitas financeiras.....	65	85
Serviços técnicos especializados.....	4.111	3.232	Total.....	1.227	216
Propaganda, promoções e publicidade.....	3.082	1.972			
Serviços de terceiros.....	2.744	2.508			
Transportes.....	2.330	1.632			
Viagens.....	1.145	1.154			
Depreciações e amortizações.....	1.047	910			
Contribuições filantrópicas.....	588	178			
Manutenção e conservação de bens.....	573	456			
Despesas de material.....	306	195			
Outras.....	2.555	2.401			
Total.....	33.681	28.076			

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016		2017	2016
17) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS					
Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2017	2016		2017	2016
Reversão de outras provisões operacionais.....	1.127	130	Reversão de outras provisões operacionais.....	1.127	130
Comunicações.....	4.480	2.901	Outras receitas financeiras.....	65	85
Serviços técnicos especializados.....	4.111	3.232	Total.....	1.227	216
Propaganda, promoções e publicidade.....	3.082	1.972			
Serviços de terceiros.....	2.744	2.508			
Transportes.....	2.330	1.632			
Viagens.....	1.145	1.154			
Depreciações e amortizações.....	1.047	910			
Contribuições filantrópicas.....	588	178			
Manutenção e conservação de bens.....	573	456			
Despesas de material.....	306	195			
Outras.....	2.555	2.401			
Total.....	33.681	28.076			

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016		2017	2016
18) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS					
Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2017	2016		2017	2016
Patrocínio.....	1.112	490	Patrocínio.....	1.112	490
Outras provisões.....	782	-	Outras provisões.....	782	-
Despesas financeiras.....	618	654	Despesas financeiras.....	618	654
Ressarcimentos a clientes (1).....	519	3.978	Ressarcimentos a clientes (1).....	519	3.978
Provisões civis.....	327	611	Provisões civis.....	327	611
Multas.....	243	104	Multas.....	243	104
Atualização de impostos e contribuições.....	216	12	Atualização de impostos e contribuições.....	216	12
Provisões trabalhistas (2).....	104	12	Provisões trabalhistas (2).....	104	12
Outras.....	315	518	Outras.....	315	518
Total.....	4.236	5.863	Total.....	4.236	5.863

(1) Ressarcimentos a clientes por perdas incorridas; e (2) Reclassificação para "Outras Despesas Operacionais" Conforme Carta-Circular nº 3.782/16 do Bacen.

19) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETAS E INDIRETAS)
As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as mais praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016		2017	2016
Ativo					
Disponibilidades.....	321	-	Disponibilidades.....	321	-
Dividendos a pagar.....	761	-	Dividendos a pagar.....	761	-
Passivo					
Resultados de aluguel.....	(1.537)	(21)	Resultados de aluguel.....	(1.537)	(21)
Juros sobre o capital próprio pagos.....	-	(22.000)	Juros sobre o capital próprio pagos.....	-	(22.000)
Despesas com serviços prestados.....	-	(13)	Despesas com serviços prestados.....	-	(13)
Remuneração do pessoal-chave da Administração			Remuneração do pessoal-chave da Administração		
Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:			Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:		
- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e			- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e		
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar adotados pelos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.			- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar adotados pelos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.		
Para 2017, foi determinado o valor máximo de R\$ 4.700 mil (2016 - R\$ 2.500 mil) para remuneração dos Administradores (proventos) e de R\$ 4.900 mil (2016 - R\$ 1.500 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.			Para 2017, foi determinado o valor máximo de R\$ 4.700 mil (2016 - R\$ 2.500 mil) para remuneração dos Administradores (proventos) e de R\$ 4.900 mil (2016 - R\$ 1.500 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.		
Além em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente ao Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.			Além em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente ao Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.		

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016		2017	2016
11) OUTRAS OBRIGAÇÕES					
a) Fiscais e previdenciárias					
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	49.015	34.290	Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	49.015	34.290
Impostos e contribuições a recolher.....	4.161	4.324	Impostos e contribuições a recolher.....	4.161	4.324
Provisão para impostos e contribuições diferidas (Nota 20c).....	274	-	Provisão para impostos e contribuições diferidas (Nota 20c).....	274	-
Total.....	53.450	38.665	Total.....	53.450	38.665
b) Diversas					
Provisão para participações nos lucros e resultados.....	31.234	23.442	Provisão para participações nos lucros e resultados.....	31.234	23.442
Provisão para pagamentos a efetuar.....	16.894	26.783	Provisão para pagamentos a efetuar.....	16.894	26.783
Provisões fiscais (Nota 10b) (1).....	6.071	5.854	Provisões fiscais (Nota 10b) (1).....	6.071	5.854
Outras provisões.....	1.369	-	Outras provisões.....	1.369	-
Obrigações por aquisição de bens e direitos.....	344	292	Obrigações por aquisição de bens e direitos.....	344	292
Provisões civis e trabalhistas (Nota 10c).....	292	1.032	Provisões civis e trabalhistas (Nota 10c).....	292	1.032
Total.....	56.204	57.403	Total.....	56.204	57.403

(1) Conforme Carta-Circular nº 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias" para "Outras Obrigações - Diversas".

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social, no montante de R\$ 190.000 mil (2016 - R\$ 167.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 9.322.059 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.
b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações		R\$ mil	
	2017	2016	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro.....	9.322.059	9.322.059	167.000	148.000
Aumento de capital com reserva ADOAGE (1).....	-	-	23.000	19.000
Saldo em 31 de dezembro.....	9.322.059	9.322.059	190.000	167.000

(1) Em 30 de maio de 2017, o BACEN homologou a ADOAGE de 28 de abril de 2017 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutárias no montante de R\$ 23.000 mil, sem emissão de ações (em 20 de maio de 2016, o BACEN homologou a ADOAGE de 29 de abril de 2016 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutárias no montante de R\$ 19.000 mil, sem emissão de ações).

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016		2017	2016
c) Reservas de lucros					
Reservas de lucros.....	260.833	204.458	Reservas de lucros.....	260.833	204.458
- Reserva legal (1).....	21.189	17.192	- Reserva legal (1).....	21.189	17.192
- Reserva estatutária (2).....	239.644	187.266	- Reserva estatutária (2).....	239.644	187.266
(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital para empresas privadas; e			(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital para empresas privadas; e		
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. No caso de saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião da Diretoria deliberará sobre o excesso por meio da integralização com aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.			(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. No caso de saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião da Diretoria deliberará sobre o excesso por meio da integralização com aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.		
d) Dividendos e juros sobre o capital próprio					
Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada semestre, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou em adição aos mesmos.			Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada semestre, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou em adição aos mesmos.		

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2017	2016		2017	2016
20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social					
Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2017	2016		2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	146.336	96.662	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	146.336	96.662
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(65.851)	(44.398)	Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(65.851)	(44.398)
Participações em coligadas e controladas.....	(8)	(14)	Participações em coligadas e controladas.....	(8)	(14)
Efeito das ações e excluídas no cálculo dos tributos.....	-	-	Efeito das ações e excluídas no cálculo dos tributos.....	-	-
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(2.684)	(2.167)	Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(2.684)	(2.167)
Juros sobre capital próprio pagos.....					



BRAM - Bradesco Asset Management S.A.
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
 Empresa da Organização Bradesco

Sede: Avenida Paulista, 1.450 - 8º Andar - Bela Vista - São Paulo - SP
 CNPJ: 02.375.134/0001-44

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2017
Provisão para participação nos lucros/bonificações.....	17.393	11.559	13.972	15.230
Provisões fiscais.....	1.734	87	-	1.821
Provisões civis.....	352	556	352	556
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos.....	93	-	-	93
Provisões trabalhistas.....	71	56	37	90
Outros.....	489	1.860	489	1.860
Total dos créditos tributários (Nota 6b).....	20.132	14.118	14.550	19.700
Obrigações fiscais diferidas (Nota 11a).....	251	23	-	274
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas.....	19.881	14.095	14.550	19.426

e) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2017 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias	Contribuição social	Total
2018.....	10.490	6.415	16.905
2019.....	638	409	1.047
2020.....	536	347	883
2021.....	295	205	500
2022.....	211	154	365
Total.....	12.170	7.530	19.700

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 31 de dezembro de 2017 o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 19.328 mil (2016 - R\$ 11.467 mil) de diferenças temporárias. Todos os créditos tributários da BRAM foram devidamente ativados.

2) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
 São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão da auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.

A BRAM possui estrutura e governança de gerenciamento de risco própria, da qual participam membros integrantes da Organização Bradesco no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

a) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2017, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.568/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

e) Em julho de 2017, a Organização Bradesco lançou um Plano de Desligamento Voluntário Especial (PDVE), ao qual puderam aderir os funcionários da Organização Bradesco que preencheram os requisitos estabelecidos no regulamento do respectivo plano.

d) Não houve eventos subsequentes que, requeriam ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

A DIRETORIA

Antonio Marcos Sapata – Contador – CRC 1SP212776/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ocasco, 14 de março de 2018



KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Polia
 Contador CRC 1SP214007/O-2

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT SA DTVM 28

ELETRONALPO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. 2

SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES 20

Ouvidoria

Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade e transparência, disponibiliza um canal direto de comunicação com a sociedade.

[www. imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

io ouvidoria

ouvidoria@imprensaoficial.com.br
 Rua da Mooca, 1921
 Cep: 03103 - 902 São Paulo
www.imprensaoficial.com.br/ouvidoria.aspx
 (11) 2799 9687